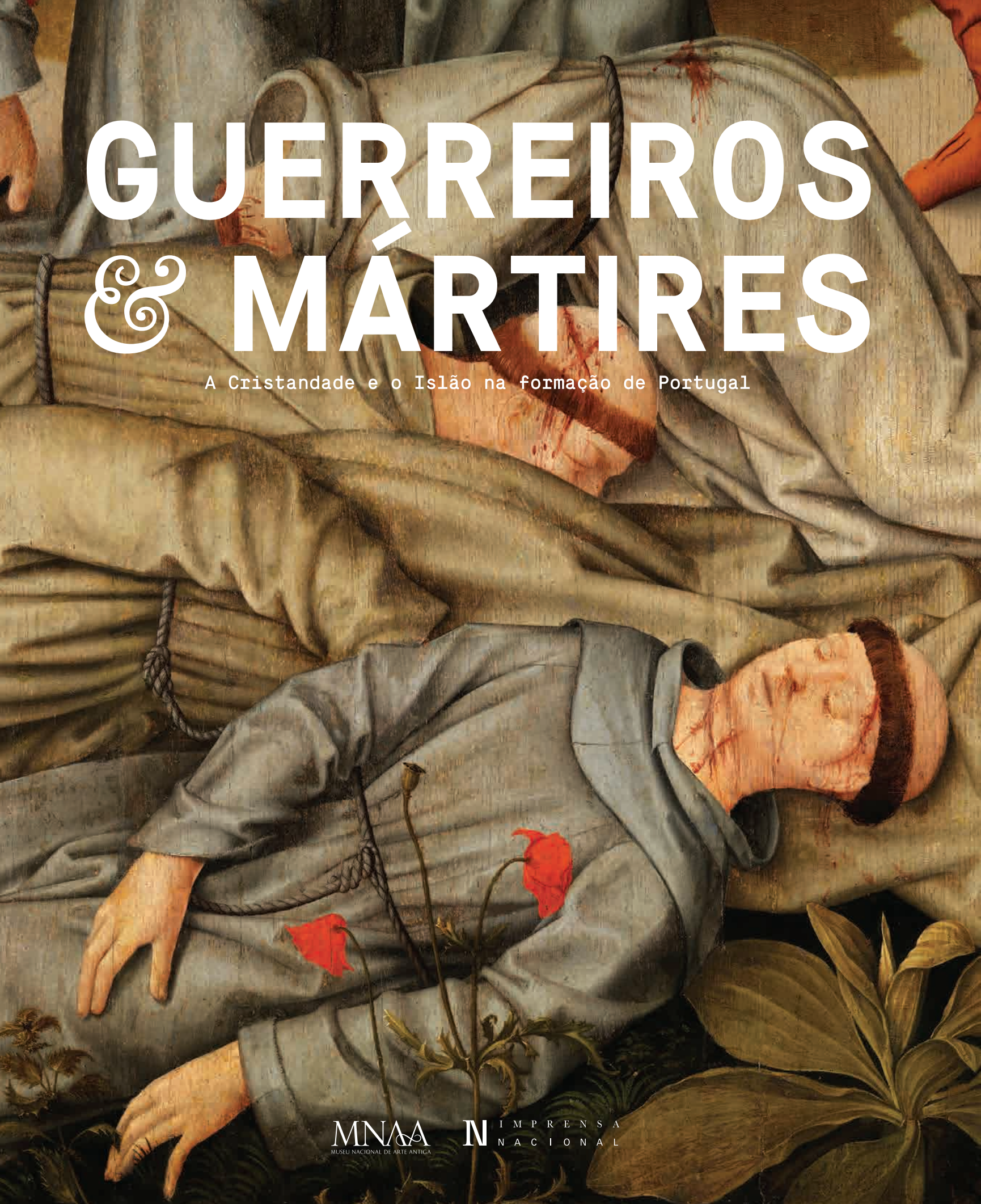


GUERREIROS & MÁRTIRES

A Cristandade e o Islão na formação de Portugal

MNAA
MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

IMPRENSA NACIONAL

MECENAS DA EXPOSIÇÃO

BPI

Fundação "la Caixa"

MECENAS

LUSITANIA SEGUROS

MEDIA PARTNERS

ANTENA 1

ANTENA 2

RTP

MINISTÉRIO DA CULTURA

MINISTRA
Graça Fonseca

SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA
E DO PATRIMÓNIO CULTURAL
Ângela Carvalho Ferreira

SECRETÁRIO DE ESTADO
DO CINEMA, AUDIOVISUAL
E MEDIA
Nuno Artur Silva

DIREÇÃO-GERAL
DO PATRIMÓNIO CULTURAL

DIRETOR-GERAL
Bernardo Alabaça

SUBDIRETORES-GERAIS
Joaquim Oliveira Caetano
João Carlos Santos
Rui Santos

MUSEU NACIONAL
DE ARTE ANTIGA

DIRETOR
Joaquim Oliveira Caetano

SUBDIRETOR
Anísio Franco

CONSELHO DE CURADORES
DO MUSEU NACIONAL
DE ARTE ANTIGA

PRESIDENTE HONORÁRIO
Marcelo Rebelo de Sousa

PRESIDENTE
Joaquim Oliveira Caetano

VICE-PRESIDENTES
Anísio Franco
José Blanco

VOGAIS
Alexandre Relvas
Álvaro Sequeira Pinto
António Horta Osório
Fernando Nogueira
Guilherme d'Oliveira Martins
José de Arez Romão
José Manuel dos Santos
Pilar del Río Sánchez
Simonetta Luz Afonso

GRUPO DOS AMIGOS DO MUSEU
NACIONAL DE ARTE ANTIGA

CONSELHO DIRETOR
PRESIDENTE
José Blanco

VICE-PRESIDENTE
Helena Geraldes

VOGAIS
Alberto Marques
Dennis Redmont
Emília Baptista da Silva
Luís Cancela de Abreu
Manuela Bravo Serra
Maria Renée Gomes
Maria Teresa Nandin
de Carvalho

ASSEMBLEIA GERAL
PRESIDENTE
Luís Eduardo Mendia
de Castro

VICE-PRESIDENTE
Ana Esquível

SECRETÁRIO
Manuel Gorjão Henriques

CONSELHO FISCAL
PRESIDENTE
Luís Brito Correia

VOGAIS
Cristina Salgado
Filipe Abreu

Grandes exposições
MECENAS ESTRATÉGICOS
2020/2022

Conservação e restauro
MECENAS ESTRATÉGICOS
2020/2022

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

19 NOV 2020 – 28 FEV 2021

GUERREIROS & MÁRTIRES

A Cristandade e o Islão na formação de Portugal

MNAA
MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

IN IMPRENSA NACIONAL

P. 14

O Gharb: Cristãos e Muçulmanos no século dos Almóadas
Santiago Macias e Cláudio Torres

P. 22

Viver em tempos de cruzada — Os Cristãos
Hermenegildo Fernandes

P. 30

Viver em tempos de cruzada — Al-Andalus. O Mediterrâneo e mais além. 1220 d. C./616 H. Uma perspetiva desde a materialidade
Susana Gómez Martínez

P. 44

Os tempos da cruzada, da conversão e do martírio
Luís Filipe Oliveira

P. 54

Os protomártires de Marrocos. Das fontes hagiográficas às obras iconográficas
Milton Pedro Dias Pacheco

P. 66

O culto dos Mártires de Marrocos em Itália
Giulia Rossi Vairo

P. 74

A religião nos primeiros tempos de Portugal
João Luís Inglês Fontes

P. 84

Crenças e práticas religiosas no espaço almóada
Yassir Benhima

P. 94

Das portas de Badajoz às muralhas de Faro: Ritmos, rumos e protagonistas da guerra (1169-1249)
Miguel Gomes Martins

P. 102

Guerrear: As matérias da guerra
Isabel Cristina Ferreira Fernandes

P. 112

A construção da paisagem monumental em tempo de mudança (1185-1248)
Paulo Almeida Fernandes

P. 124

Identificação de um país: A vivência muçulmana sob domínio cristão
Maria Filomena Lopes de Barros

Catálogo

P. 133

1. Portugal na Espanha árabe
(cats. 1 a 8)

P. 143

2. Viver em tempos de cruzada
(cats. 9 a 64)

P. 171

3. Iconografia dos Mártires de Marrocos
(cats. 65 a 90)

P. 189

4. Guerrear
(cats. 91 a 157)

P. 209

5. Rezar
(cats. 158 a 195)

P. 233

6. Identificação de um país
(cats. 196 a 209)

P. 244

Bibliografia

O Gharb: Cristãos e Muçulmanos no século dos Almóadas

Santiago Macias
Cláudio Torres

No dia 25 de outubro de 1147, a cidade de Lisboa rendia-se aos cruzados que, há meses, a cercavam. No dia seguinte, a antiga mesquita era consagrada e expurgava-se assim o Mal. A conquista da linha do Tejo marcou um momento de fratura e de rotura com o passado. A Reconquista atingia, no Gharb, um ponto de não retorno. O assassinato do bispo moçárabe («contra o direito e o lícito matam até o bispo da cidade, já muito idoso, cortando-lhe o pescoço», *Conquista*, 1936, p. 107), que cai às mãos de outros cristãos, mais do que o ato em si, simbolizou o afastamento em relação ao sul.

Até essa altura, o equilíbrio de forças entre cristãos e muçulmanos no Gharb al-Andalus era patente. O relato que mais o evidencia é, por certo, um excerto do *Kitāb nuzhat al-mushtāq fī ikhtirāq al-āfāq*, de Idrīsī. O texto é fiável, tanto mais que o seu autor conheceu de perto esta realidade. A descrição da célebre igreja do Corvo é expressiva: «esta igreja não conheceu modificações desde a época da dominação cristã; tem terras, que as almas pias têm o costume de lhes dar, e presentes levados pelos cristãos que aí se deslocam em peregrinação. Situa-se num promontório que avança pelo mar. Sobre a igreja estão dez corvos [...]». A descrição é anterior à conquista de Lisboa. A convivência era possível. E no sítio da igreja do Corvo haveria mesmo, segundo outras descrições, uma mesquita. O facto é que os cristãos do ocidente eram detentores de terras e teriam também uma assinalável importância no seio da sociedade do Gharb. Que Lisboa tivesse um bispo, como referimos, e que muitos cristãos da cidade proclamassem a sua fé era normal. A presença de população moçárabe é constatada na crónica da conquista: «outros mouros, vivos, mas semelhantes a cadáveres, arrastavam-se por terra, e suplicantes abraçavam e beijavam o sinal da cruz, e proclamavam boa a Santa Mãe de Deus, de modo que em todos os seus atos e palavras, e até mesmo nos extremos da sua agonia, misturavam e proclamavam comovidamente: Maria boa, boa Maria!» (*Conquista*, 1936, p. 109).

Lisboa não era uma cidade como as outras no al-Andalus. Isso mesmo notou o príncipe Sigurd, no decurso da chamada Cruzada Norueguesa, em 1105. Depois de devastar os campos em torno da cidade, em particular Sintra, deteve-se em Lisboa, notando que a cidade era «meio cristã, meio pagã; pois fica aqui a divisão entre a Espanha cristã e a Espanha pagã, todos os distritos a ocidente da cidade são ocupados por pagãos» (Sturluson, 1844, pp. 150-151). Não era estranha esta convivência, mais notória ainda numa cidade como Lisboa, a qual conseguira, ao longo de todo o período islâmico, um estatuto de relativa autonomia. Não estranhamos que Carmen Barceló note que «as crónicas silenciam as obras que Almançor fez na cidade de Lisboa» (Barceló, 2013). Só em 985, o poder califal ousa fazer a sua afirmação. Data desse ano a lápide, nem por isso muito impressiva, mandada gravar por al-Manṣūr, assinalando a construção de uma parte da muralha da cidade. É um exemplo único de epigrafia árabe na mais importante cidade a ocidente de Sevilha. Só em períodos mais tardios a língua árabe voltará a surgir em suportes mais perenes.

Depois de 1147, a cidade de Lisboa não mais sairia do controle do novíssimo reino de Portugal. Quem ali tinha morado, guardava outras expectativas. Na pressa da saída, alguém escondeu um tesouro de moedas de prata num esgoto, junto ao que viria a ser a Sé[1]. Foram esses receios, e essa esperança, que levaram pessoas a esconderem importantes tesouros de moedas de prata em meados do século XII e em vários locais do Gharb. Os conjuntos recuperados em Vale de Açor (Mértola)[2] e na Lapa do Fumo (Sesimbra)[3] são o reflexo de um período em que se prefere esconder

1 Tesouro de moedas datadas entre 943 e 1147 (Marinho, 1998b, p. 186).

2 Viana, 1955, pp. 24-29; Marinho, 1969, p. 195 – recuperadas, de entre as várias centenas recolhidas, 73 numismas (2 emirais, 1 califal, 9 da taifa abádida e 61 com datação entre 1106 – ʻAlī b. Yūsuf, e 1146 – Isḥāq b. ʻAlī, Ḥamdīn, Ibn Wazīr et Ibn Hūd). Uma das emirais é de 716 – dinar bilingue.

3 77 numismas homogéneas em termos cronológicos e cuja datação não ultrapassa 1147 (Figanier, 1958, p. 165; Marinho, 1968, pp. 39-40).

o que se conseguira juntar, à espera de melhores dias e na convicção de um dia poder vir a recuperar o que lhes pertencia[4]. Os tempos eram de incerteza e havia justificadas esperanças num *volte-face* e num retorno.

A rapidez com que os novos senhores da cidade se afirmam é notável. Perdeu-se a inscrição original comemorativa da conquista da cidade. Chegou até nós uma cópia tardia, feita no século XIII ou XIV, que assinala o resgate da cidade e onde se lê «foi quando pelos Cristãos foi a cidade de Lisboa tomada / E por eles restituída à Fé Católica» (Barroca, 2000d, vol. I, p. 225, e vol. II, p. 328, est. XXX, 2).

A seguir à conquista de Santarém e de Lisboa, é o antigo e vasto território de Beja a ficar sob pressão. Os tempos serão de resistência para o poder almóada. A primeira prova de fogo virá com as campanhas de Geraldo, *o Sem Pavor*, que assolará os territórios mais a norte da antiga *kūra* de Beja. O «cão do Geraldo», assim cognominado por Ibn Ṣāḥib al-Ṣalāt (al-Ṣalāt, 1969, p. 137), irá apossar-se de Évora, Juromenha, Trujillo, Cáceres, Serpa e Moura. Menos bem-sucedida será a tentativa de conquista de Badajoz, em 1169, liderada por Afonso Henriques. A aventura acabará mal, com o rei português a ser ferido e a ficar refém de Fernando II de Leão, seu genro e aliado circunstancial dos almóadas. A libertação será feita a troco de praças extremenhas. Afonso Henriques não mais recuperará fisicamente, passando os seus dias sendo transportado numa ignominiosa carreta.

A partir de finais do século XII, e em especial depois da campanha de Silves, e sob a crescente pressão do avanço dos cristãos, surgem novos amuralhamentos. Muitas cidades renovam os seus perímetros de proteção. Usava-se a terra, dando continuidade e aperfeiçoando técnicas construtivas ancestrais. Uma mancha de construções em taipa passou a marcar a paisagem a sul. O método para erguer as novas defesas urbanas era mais expedito e mais económico do que as antigas muralhas de tradição romana. Os silhares em mármore ou em calcário deram lugar a caixotões onde a terra, misturada com cal, era apisoada, até se converter numa betonilha muito dura. A artilharia ainda não era uma ameaça. A dissuasão funcionava em altura. E com uma ilusão criada pelos alvanéis. Na face das torres pintavam a cal grandes retângulos imitando silhares e criando um *trompe-l'oeil* destinado a impressionar os sitiantes. Restam exemplos destas construções em Alcácer do Sal, em Juromenha, em Moura, em Salir, etc. O castelo de Paderne tem uma torre albarrã (exterior à muralha e a ela ligada por um passadiço) maciça. São também comuns, nesta época, as torres poligonais e as entradas em cotovelo, o que dificultava o acesso, durante os ataques, ao interior da fortificação.

O mais impressionante conjunto amuralhado da época existente em Portugal é o da cidade de Silves. Apresenta um perímetro facilmente reconhecível e um apreciável conjunto de torres albarrãs. Pelo menos uma parte deste amuralhamento terá sido construída em 1227. A lápide que assinala a edificação de uma torre, talvez a da Porta do Sol, tem uma imponência que deveria ir a par com a da construção que celebra. Em finais do século XII, a cidade de Silves fora sitiada e temporariamente ocupada pelos cristãos. O avanço para sul era uma ameaça cada vez mais sentida. Na terceira linha foi intencionalmente destruído o nome de quem mandou fazer a construção. Segundo Lévi-Provençal a obra terá sido iniciativa de Abū l-'Alā Idrīs al-Ma'mūn, filho de Abū Yūsuf Ya'qūb, por ocasião de uma viagem de inspeção a Silves (Lévi-Provençal, 1949). O seu nome seria, mais tarde, apagado por Ibn Maḥfūẓ, quando ali formou um pequeno reino independente em oposição aos almóadas (Borges, 1998). É um exemplo, pouco frequente, de *damnatio memoriae*.

4 Podemos incluir no mesmo contexto o tesouro de cerca de 500 dirhams almóadas, escondidos numa panela e encontrados em Silves (Gomes, 2001, p. 119), tal como as moedas encontradas em El Pedroso, Sevilha (Valencia, 1988, p. 203).

Entre a conquista de Lisboa e o episódio dos mártires, tema central desta exposição, é todo o sudoeste que tenta resistir. Umas vezes a luta é protagonizada por famílias locais, noutras recorre-se ao poder califal, que está cada vez mais longe. Em casos pontuais, fazem-se alianças perigosas com os cristãos do norte.

O poder das cidades muda. As famílias que detinham o poder no sul reconfiguram a sua geografia política rapidamente. Os Banū Wazīr, que controlaram Beja durante a *fitna* e nas primeiras décadas do poder almóada, instalaram-se então em Évora[5]. A saída para Sevilha dos Banū Ṣāḥib al-Ṣalāt e dos Banū al-'Anṣarī (Fernandes, 2000, pp. 116 e 137), famílias com as quais os Banū Wazīr mantinham relações de aliança ou de clientela, pode ser interpretada como sintoma da decadência de Beja. Segundo Ibn 'Iḏārī, Abū Muḥammad b. Wazīr teria afirmado ao califa «tenho em Beja parentes por aliança, que são os *Banū Ṣāḥib* e os *Banū al-'Anṣarī*»[6]. As fontes atestam a presença desta família no território até à segunda metade do século XIV[7].

Será esta família a garantir uma muito relativa estabilidade no que restava da *kūra* de Beja durante décadas. Se já em 1169 Ibn Wazīr fora designado, devido aos seus conhecimentos de língua romance, para concluir uma trégua, em nome dos almóadas, com o rei de Leão, Fernando II[8], a partir daí é toda uma dinastia que durante quase 50 anos desempenhará um papel preponderante no território. Um irmão de Sidrāy, Abū l-Ḥasan 'Alī, é *qā'id* do *ḥiṣn* de Serpa em 544/1178 (Ibn 'Iḏārī, 1953, p. 21). Um filho daquele, Abū Bakr Muḥammad, foi sucessivamente governador de Beja, de Silves e de Alcácer do Sal, até ser morto em Navas de Tolosa, em 1212 (Khawli, 1997, pp. 111-112; Ibn al-Abbār, *in* Lopes, 1911, pp. 107-108). Sucede-lhe à frente dessa mesma fortificação o filho, Abū Muḥammad 'Abd Allāh, até à conquista definitiva da importante praça do Sado, em 1217[9]. Como já foi sublinhado, é um longo e estável governo de um quarto de século num castelo que se mantém durante anos na primeira linha da frente e que na prática constitui a chave tanto para o vale do Sado, o rio de Alcácer, que conduz à serra do Algarve e a Silves[10], e para a vasta peneplanície de Beja e para o acesso a Sevilha (Fernandes, 2000, pp. 178-179).

O *século almóada* foi um pendular de vitórias e de derrotas. Estas são mais que aquelas. Os momentos de maior esplendor foram a reconquista de Silves, em 1190-1191 — a que se segue

Fig. 1
Lápide comemorativa da construção do minarete de Moura, meados do século XI (Cat. 8)

5 Picard, 2000, p. 189. V., sobre os Banū Wazīr, Huici Miranda, 1958.
6 Ibn 'Iḏārī, 1953, pp. 12-13. A nisba al-Anṣārī é muito numerosa no al-Andalus – Terés, 1957, p. 339. V. também Velho, 1966, p. 25.
7 Sobre as lápides funerárias de membros desta família em Mértola e em Moura v. Borges e Macias, 1992, pp. 68-69, e Borges, 2001, pp. 181-182.
8 Khawli, 1997, p. 110; sobre o percurso de Ibn Wazīr v. Huici Miranda, 1959, pp. 67-68.
9 Khawli, 1997, pp. 111-112. Fazendo-se passar por cristão conseguiu chegar a Marraquexe. Regressou depois à península, onde foi morto na sequência da proclamação de Ibn Hūd em Sevilha (Huici Miranda, 1958, p. 266).
10 A cidade era indicada nos inícios do século XIII como limite do território muçulmano (Marrākušī, 1893, p. 221).

34.

Fragmento de torre de roca com representação antropomórfica
Al-Andalus
Segunda metade do século XII-primeira metade do século XIII
Osso e carvão (?)
2,3 × 2,1 cm

Proveniência: Convento de Nossa Senhora da Graça
Museu Municipal de Tavira, inv. MMT00002808

35/37.

Agulhas
Al-Andalus
Séculos XII-XIII
Osso
Larg. 1,4 cm; esp. 0,3 cm
Larg. 1 cm; esp. 0,2 cm
Larg. 1,2 cm; esp. 0,3 cm

Proveniência: Palácio da Galeria (inv. M00000351); Convento de Nossa Senhora da Graça (inv. MMT00002770); Calçada de Santa Maria (inv. MMT00002794)
Museu Municipal de Tavira, invs. M00000351; MMT00002770; MMT00002794

Bibliografia: Covaneiro e Cavaco, 2009, pp. 712-713; Maia e Maia, 2012, pp. 114-115 e 117.

47.

Placas de arqueta
Oficina de Granada (?)
Finais do século XII-inícios do século XIII
Osso com decoração a manganês
Comp. 12,8 cm; larg. 6,2 cm

Proveniência: castelo de Moura
Museu Municipal de Moura, s/n.º inv.

Bibliografia: Macias, 1994, pp. 295-298; Macias, Gaspar e Valente, 2013, p. 125.

Placas em osso, que forravam um pequeno cofre, provavelmente de madeira. A peça, de provável fabrico granadino, tem uma rosácea de laçaria no centro, para a qual apontam duas figuras humanas. Bolbos vegetais, rematando longos caules, e flores de lótus sugerem um ambiente paradisíaco.
O Victoria and Albert Museum (Londres) tem uma arqueta com um desenho geométrico muito semelhante ao da peça de Moura (fig. 1). A datação que lhe é atribuída (1170-1230) é semelhante à que propomos para as placas que aqui se exibem. SM

Fig. 1
Arqueta, 1170-1230
Londres, Victoria and Albert Museum, inv. 11-1866

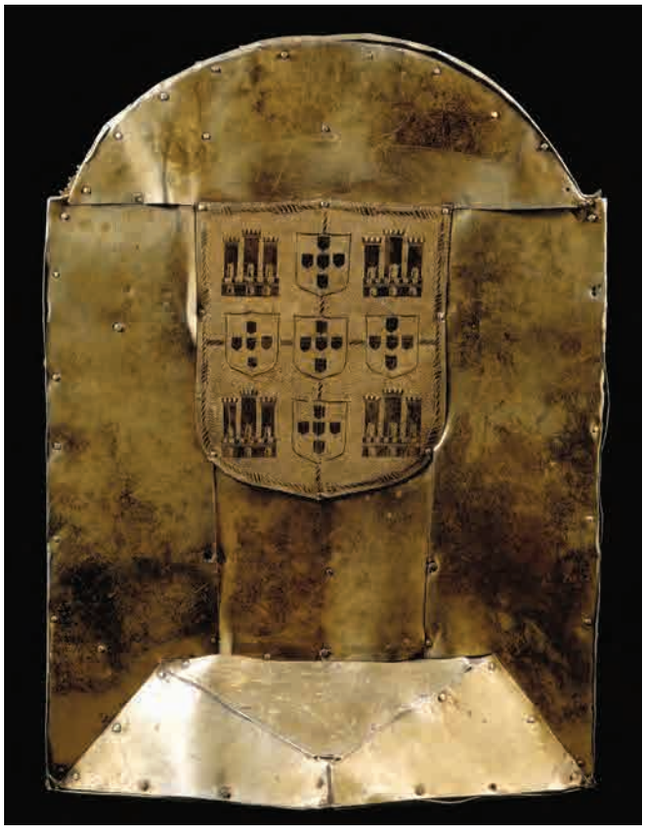
48.

Cofre
Península Ibérica
Século XIV
Madeira policromada,
têmpera sobre madeira e metal
10 × 31,5 × 16 cm

Proveniência: Sé de Viseu
Cabido da Catedral de Viseu

Bibliografia: *Catalogo*, 1882, p. 3, n.º 26 (sala M); Teixeira, 1983; Ferrão, 1990, pp. 115-116,fig. 70; Rosas, 1992a; Eusébio, 2009.

A pintura da face interna da tampa, um cavaleiro que oferece um lírio à sua amada como símbolo de pureza e virgindade, evoca o conceito medieval do amor cortês e os modelos literários dos ideais de cavalaria. Tratava-se, talvez, de um tipo de objetos que os noivos ofereciam às nubentes antes do casamento. MS



76.

Relicário dos Mártires de Marrocos
Henrique Domingues
e António Domingues, atribuído
c. 1515
Prata, prata dourada, madeira de nogueira, latão, vidro, pigmentos diversos e osso
36 × 26,6 × 6 cm

Proveniência: Mosteiro de Santa Maria do Lorvão
Museu Nacional de Machado de Castro, inv. MNMC6089; O23

Bibliografia: Amaral, 1974; Gonçalves, 1984, pp. 124-128.

Este relicário, proveniente do mosteiro do Lorvão, é uma das peças de ourivesaria do rico legado da abadessa D. Catarina de Eça (†1522), neta do rei Pedro I e de Inês de Castro, que ocupou o cargo desde 1472. É uma caixa retangular, em prata dourada, com as armas da abadessa no verso, e que expõe na frente uma relíquia de um dos Mártires de Marrocos, acompanhada de uma pintura sobre madeira, provavelmente de um artista coimbrão, em que se representa o martírio dos franciscanos. A sua figuração, despidos, deve relacionar-se com a procissão que em Coimbra se fazia no dia dos santos (16 de janeiro), conhecida como «Procissão dos Nus». D. Catarina conseguiu autorização do núncio apostólico para usar algumas das relíquias dos Mártires que tinham passado de Santa Cruz de Coimbra para o Lorvão, num documento testemunhado pelos dois ourives a quem se atribui esta obra.
LP/JOC

200.

Lápide (réplica em molde)
Portugal
Original conservado no castelo do Alandroal
1294-1298
Mármore
45 × 109 cm

Inscrição: «LEGALI : BI : IL : ILLALLA : DEUS : / E : E DEUS : SERA : POR : QUEN : EL / FOR : ES (s) E : VENCERA : EU : MOURO : G / ALVO : FOI : MAESTRE : DE FAZER : EST / E CASTELO DO ALANDROAL»

Bibliografia: Rei, 1994, pp. 80-85; Barroca, 2000d, vol. II, t. 1, pp. 1114-1118; Barroca, 2000e, vol. III, p. 428.

O original desta lápide conserva-se no castelo do Alandroal. Data de finais do século XIV (1294-1298). O que torna a inscrição invulgar é o facto, pouco comum, de ser escrita na primeira pessoa. O alarife Galvo, ou Calvo, é o protagonista do texto, assumindo a autoria das obras no castelo. Por outro lado, o início da lápide é a divisa do reino de Granada e transcreve, em carateres latinos, o som da frase em árabe (não há vencedor senão Deus). SM

201.

Cálice (dito de *D. Dulce*)
Portugal, Alcobaça (?)
c. 1178-1188
Prata dourada e vidros coloridos
22 cm; Ø 18 cm (copa); Ø 19 cm (base)

Proveniência: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1883
MNAA, inv. 89 Our

Inscrição: «IN NomiNe DomiNi NostRI Ihesu Xpi HUNC CALICE DEDIT REGINA DULCIA ALCUBACIE IN HONORE DEI ET GLOrioSE VIRGINIS MARIE AD SerVIENDUm IN MAIORE ALTARI»

Bibliografia: Caetano, 1995b.

Oferecido ao mosteiro de Alcobaça, panteão régio, pela rainha D. Dulce (1160-1198), mulher de D. Sancho I, é provavelmente de fabrico nacional, embora com influências das produções de Limoges. As formas depuradas e a ausência de decoração, tirando as aplicações filigranadas do nó, remetem para o gosto austero dos cistercienses. As proporções da peça e as suas características de fabrico têm talvez origem nas recomendações do monge Teófilo, cujo tratado, *Das Diversas Artes*, com um capítulo dedicado ao trabalho dos metais, circulou com grande sucesso na Europa a partir do século XII. MS

Oronoz fotógrafos: fig. 5.
Patrimonio Nacional. Colecciones Reales.
Real Biblioteca del Escorial: fig. 4.
The Parker Library, Corpus Christi
College, Cambridge: fig. 2.

Os protomártires de Marrocos (pp. 54-65)
BPMP, Biblioteca Pública Municipal do Porto,
Santa Cruz 38: fig. 1.
DGPC/ADF, Arnaldo Soares: fig. 3.
DGPC/ADF, José Pessoa: fig. 4.
Marisa Martins/MNMC-DGPC: fig. 2.
Pedro Aboim: fig. 5.

O culto dos Mártires de Marrocos em Itália
(pp. 66-73)
Apollonio Tottoli: fig. 2.
Marco Santarelli Ghirlandaio Narni: fig. 1.

A religião nos primeiros tempos de Portugal
(pp. 74-83)
Biblioteca Nacional de Portugal: fig. 2.
BPMP, Biblioteca Pública Municipal do Porto,
Santa Cruz 1: fig. 3.
DGPC/ADF, Carlos Monteiro: fig. 4.
Imagem cedida pelo ANTT: figs. 1 e 5.

Guerrear: As matérias da guerra
(pp. 102-111)
Adelino Chapa — Câmara Municipal de Palmela:
fig. 5.
Biblioteca Nacional de Portugal: fig. 4.
Imagem cedida pelo ANTT: fig. 3.
Isabel Cristina Fernandes: figs. 1 e 2.

A construção da paisagem monumental
em tempo de mudança (1185-1248)
(pp. 112-123)
António Cunha: fig. 5.
Câmara Municipal de Alcácer do Sal: fig. 4.
DGPC/ADF, José Paulo Ruas: figs. 1a e 1c.
Joel Sabino: fig. 1b.
Paula Fidalgo | Município de Santarém: fig. 3.
Rota do Românico: fig. 2.

Identificação de um país: A vivência muçulmana
sob domínio cristão (pp. 124-131)
Filomena Barros: figs. 1 a 3.
Imagem cedida pelo ANTT: fig. 4.

OBRAS EXPOSTAS
© 2020 Biblioteca Apostolica Vaticana: cat. 64.
Alberto Ladeira: cats. 90, 158.
Alexandre Salgueiro, Serviço de Inventário e
Apoio Técnico da Cúria Patriarcal: cat. 58.
Angelina Rosa Mateus Pereira: cats. 175-176.
António Alte de Veiga: cat. 66.
António Cunha: cats. 29, 30-31, 35, 178, 193.
Archivo Fotográfico. Instituto de Valencia
de Don Juan. Madrid: cat. 49.
Arquivo do Museu Municipal de Palmela: cat. 95.
Bento Garcia: cats. 63, 200.
Biblioteca Nacional de Portugal: cats. 77, 79-80,
84, 173.
Bruno Damas — Arquivo do Museu Municipal
de Palmela: cats. 14-17, 21, 42-44, 103, 109, 122-123,
127-132.
Câmara Municipal de Moura: cats. 8, 184, 206, 209.
Câmara Municipal de Serpa: cat. 180.
Câmara Municipal de Tavira: cat. 183.
Carlos Soares: cat. 89.
CMLagos/C. Alves, 2020: cat. 154.
CMS/Museu Municipal de Sesimbra: cats. 52, 189.
Coleção de Epigrafia do Museu Arqueológico da
Sociedade Martins Sarmento: cat. 94.
DGPC/ADF, Arnaldo Soares: cat. 69.
DGPC/ADF, José Paulo Ruas: cats. 81, 153, 162, 166,
185-186.
DGPC/ADF, José Pessoa: cats. 6, 28, 38-40, 47,54-56,
67, 73, 76, 86, 92, 97, 159-161, 196-197, 202, 207-208.
DGPC/ADF, José Rúbio: cat. 50.
DGPC/ADF, Luísa Oliveira: cats. 1, 3, 45, 83, 114-120,
169, 203.
DGPC/LJF, Jorge Oliveira: cat. 91.
DGPC/LJF, Luís Piorro: cat. 201.
DRCAlen/Museu Regional Rainha D. Leonor, Beja/
João Barreira: cat. 179.
Fernando Alvira Lizano: cat. 98.
Fernando Vinagre: cat. 170.
Filipe Joel Caldeira: cat. 70.
Hélio Ramos: cat. 96.
Imagem cedida pelo ANTT: cat. 99.
Jaime Nuño González, Fundación Santa Maria
la Real (Madrid): cat. 168.
Jesús Moraime: cats. 61, 172.
Jorge Branco/Câmara Municipal de Mértola: cats. 5,
9-10, 12, 18-19, 22-27, 41, 53, 62, 105-107, 110-113,
121, 136-142, 144-145, 167, 174, 181, 190-192, 194.
José Alfredo | DBCDV: cat. 88.
José Alfredo: cat. 48.
José Manuel Flores Gomes: cat. 199.
Laura Castro Caldas/Paulo Cintra: cat. 143.
Manuel Correia: cats. 4, 204.
Marisa Martins/MNMC-DGPC: cats. 68, 74-75, 82, 87.
MNAA/Paulo Alexandrino: cats. 146-149.
MNCM/Jorge Rocha: cat. 198.
Município de Tavira: cats. 32-34, 36-37.
Museo Arqueológico de Córdoba (Darío Muñoz:
cat. 51; Manuel Aguayo: cat. 60).
Museo Nacional de Escultura, Valladolid. Photo
by Javier Muñoz and Paz Pastor: cats. 71-72, 85.
Museu de Lisboa — EGEAC — José Avelar:
cats. 57, 205.
Museu Militar de Lisboa: cats. 134, 155.
Museu Municipal Carlos Reis, Torres Novas: cat. 102.
Museu Municipal de Arqueologia de Silves:
cats. 13, 46, 188.
Museu Municipal de Arqueologia e Etnografia
de Barrancos [MMAEB]: cat. 135.
M. V. Gomes: cat. 163.
Nuno Moreira: cats. 164-165.
Oronoz fotógrafos: cats. 59, 100.
Património Nacional: cats. 171, 195.
Paulo Nobre — Município de Palmela: cat. 93.
Pedro Clérigo: cat. 152.
Professor Doutor João Pedro Bernardes: cat. 157.
RTP Arquivo: cat. 2.
Sergiy Scheblykin: cat. 177.
The Parker Library, Corpus Christi College,
Cambridge: cat. 101.
Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral: cat. 78.
Vasco Célio/Stills: cats. 7, 11, 20, 104, 124-126,
133, 150-151, 156, 182, 187.
Venerável Ordem Terceira de São Francisco/
André Morais: cat. 65.

Figura do cat. 47: Victoria and Albert Museum,
London.
Figura do cat. 69: DGPC/ADF, José Paulo Ruas.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

© Edição: MNAA e INCM, 2020
© Textos: os seus autores, 2020

ISBN
978-972-27-2844-7

DEPÓSITO LEGAL
475543/20

N.º DE EDIÇÃO
1023968

MECENAS DA EXPOSIÇÃO
BPI
Fundação "la Caixa"

PARCEIROS INSTITUCIONAIS
Lusitania Seguros
RTP
Hoteis Heritage

ISBN 978-972-2728-44-7

9 789722 728447

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

MVSEV DE ARTE ANTIGA
LISBOA